

Brasil, 9 de novembro de 2020

CARTA ABERTA

Garantir a liberdade das ONGs é defender o interesse nacional

No dia de hoje, 9, tomamos conhecimento por meio da reportagem "Governo Bolsonaro planeja norma para controlar ação de ONGs na Amazônia", publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de que consta entre as metas do Conselho da Amazônia "obter o controle de 100% das ONGs que atuam na Região Amazônica, até 2022, a fim de autorizar somente aquelas que atendam os interesses nacionais". Tal meta se relacionaria à ação de "criar marco regulatório para atuação das ONGs" expressa nos documentos oficiais do Conselho.

A atuação de organizações da sociedade civil é a expressão viva do pluralismo de ideias e sua liberdade está garantida na Constituição. Querer controlá-las é, em última instância, tentar silenciar liberdades constitucionais. O Supremo Tribunal Federal, em 06/03/2019, decidiu que "são inconstitucionais os dispositivos legais que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático"

Desta forma, é gravíssima e repugnante a informação de que, em reuniões oficiais e que envolvem um grande número de ministérios, integrantes do atual governo apresentem de forma expressa propostas que afrontam a democracia no país. A Constituição brasileira veda qualquer tipo de interferência do Estado na criação, no funcionamento ou mesmo no posicionamento das organizações da sociedade civil brasileiras. É cláusula pétrea a autonomia da sociedade civil assim como a liberdade de imprensa e a liberdade econômica. As propostas citadas na reportagem, e constantes em documentos de circulação interna do governo, somente encontram parâmetros em outros regimes autoritários ao redor do mundo, nos quais as liberdades de imprensa, de livre manifestação e de associação foram suprimidas para dar espaço a autocracias ditatoriais.

Os ataques e as perseguições do governo Bolsonaro à sociedade civil são uma lamentável constante em sua atuação política. Iniciativas com intuito de controle das ONGs já foram anteriormente apresentadas pelo Poder Executivo e rechaçadas pelo Parlamento Brasileiro - como no caso da Medida Provisória (MP) 870/2019. Também em dezembro de 2019, agentes da Agência Nacional de Inteligência (Abin) foram à Cúpula do Clima (COP25) para monitorar (espionar) ONGs brasileiras ali presentes. Além disso, no Brasil, não foram poucas as vezes que o próprio Presidente da República desdenhou da Constituição, participando de manifestações cujos propósitos atentavam contra os demais poderes da União. Em declaração recente, Bolsonaro chegou a reclamar por não conseguir "matar esse câncer chamado ONG".

Apesar da insistente e repugnante campanha de difamação das ONGs por parte de agentes do governo, vale lembrar ainda que já existe no ordenamento jurídico brasileiro regulamentação para organizações do terceiro setor - o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), composto pela [Lei n. 13.019/2014](#) e [Decreto n. 8.726/16](#).

O Conselho Nacional da Amazônia Legal, colegiado inepto, sem participação social e de resultado quase nulo na defesa da floresta, deveria apresentar ao país algum plano para a diminuição do desmatamento, do crime ambiental, da grilagem e das queimadas. Ao invés disso, o que vemos é a confecção de um plano para silenciar os críticos ao governo e para sufocar a democracia.

Sob Bolsonaro, a democracia, assim como as florestas e seus habitantes, correm enormes riscos. Neste sentido, as organizações abaixo assinadas conclamam toda sociedade brasileira para se somar às iniciativas de defesa dos direitos dos povos indígenas e dos povos tradicionais e em apoio a luta na defesa da Amazônia, da democracia e dos direitos constitucionais.

Assinam:

1. 342Amazônia e 342Artes
2. 350.org Brasil
3. ACT Promoção da Saúde
4. AMAR Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária
5. Amigos da Terra - Amazônia Brasileira
6. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
7. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
8. Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil
9. Artigo 19
10. Ashoka
11. Associação Agroecológica Tijupá
12. Associação Brasileira de ONGs - Abong
13. Associação Cidade Escola Aprendiz
14. Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - APREMAVI
15. Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC)
16. Associação Mico-Leão-Dourado
17. Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda
18. Associação Associação Ambientalista Copaíba AAC -São Paulo
19. Bancada Ativista
20. Casa da Cultura Centro de Formação Artística e Cultural da Baixada Fluminense
21. Casa Fluminense
22. Cenpec Educação
23. Centro Brasil no Clima
24. Centro de Trabalho Indigenista
25. Cidades Afetivas
26. COESUS Coalizão Não FRACKING Brasil
27. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)
28. Conectas Direitos Humanos
29. Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS
30. Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE
31. Delibera Brasil
32. Elas no Poder
33. FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
34. Fórum Baiano de Economia Solidária
35. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento- FBOMS
36. Fórum Ecumênico ACT Brasil

37. Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena - FNEEI
38. Frente Interreligiosa Dom Paulo Evaristo Arns por Justiça e Paz
39. Fundação ARAYARA
40. Fundação Avina
41. Fundação Grupo Esquel Brasil
42. Fundação SOS Mata Atlântica
43. Fundação Tide Setubal
44. Geledés Instituto da Mulher Negra
45. Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero
46. Greenpeace Brasil
47. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT 2030)
48. Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
49. Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
50. Iniciativa Negra Por uma Nova Política sobre Drogas
51. Iniciativa Verde
52. Instituto Alana
53. Instituto Çarakura
54. Instituto Centro de Vida - ICV
55. Instituto Cidades Sustentáveis
56. Instituto Climainfo
57. Instituto de Defesa do Direito de Defesa - IDDD
58. Instituto de desenvolvimento Sustentável Baiano - IDSB
59. Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc
60. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - Ipam
61. Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS
62. Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS
63. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon
64. Instituto Escolhas
65. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
66. Instituto Fé, Paz e Clima
67. Instituto Feminista SOS Corpo
68. Instituto Global Attitude
69. Instituto Humanista para Cooperação e Desenvolvimento - Hivos
70. Instituto Igarapé
71. Instituto Internacional ARAYARA
72. Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB
73. Instituto MIRA-SERRA
74. Instituto Nossa Ilhéus
75. Instituto Physis
76. Instituto Pro Bono
77. Instituto Socioambiental - ISA
78. Instituto Sou da Paz
79. Instituto Talanoa
80. Instituto Update
81. Mapa Educação
82. Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais
83. Move Social
84. Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará.
85. Observatório do Carvão Mineral
86. Observatório do Clima
87. Observatório do Código Florestal
88. Observatório do Petróleo e Gás
89. Ocupa Política
90. Organização De Desenvolvimento Sustentável - ODS
91. Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC)

92. Oxfam Brasil
93. Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político
94. ponteAponte
95. Processo de Articulação e Diálogo, PAD
96. Projeto Saúde e Alegria
97. Rede Brasileira de Conselhos - RBdC
98. Rede Brasileira de Conselhos - RBdC
99. Rede Conhecimento Social
100. Rede das Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica - RMA
101. Rede de Cooperação Amazônica - RCA
102. Rede Justiça Criminal
103. SAVE Brasil - Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil
104. Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
105. Terra de Direitos
106. Teto Brasil
107. Toxisphera Associação de Saúde Ambiental
108. Transparência Brasil
109. Transparência Capixaba
110. Uma Gota no Oceano
111. Uneafro Brasil
112. Vida Brasil
113. WWF Brasil